



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

### **ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2011**

----Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro de dois mil e onze, pelas 20H25M, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Pavilhão Multiusos da União de Desporto e Recreio de Vila Nova da Rainha, em Vila Nova da Rainha, com seguinte Ordem do Dia. -----

#### **ORDEM DO DIA**

- Ponto 1** - Informação do Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal
- Ponto 2** - Período Especial de Legalização de Obras de Edificação e Edificações Existentes P 14/P/2011
- Ponto 3** - Celebração de Contrato de Concessão de Uso Privativo  
- Sociedade Modelo Continente Hipermercados, S.A.  
P 15/P/2011
- Ponto 4** - Abertura de Crédito na Modalidade de Conta Corrente  
P 19/P/2011
- Ponto 5** - Revisão Orçamental P 20/P/2011
- Ponto 6** - Rectificação à Estrutura Nuclear dos Serviços do Município de Azambuja P 22/P/2011
- Ponto 7** - Alteração ao Mapa de Pessoal P 04/VP/2011
- Ponto 8** - Juntas de Freguesia - Isenção do Pagamento da Tarifa de Resíduos Sólidos em Espaços Públicos P 39/V-SL/2011

---- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Pratas Cardoso, e secretariaram a reunião o Sr. Joaquim Marques de Jesus Oliveira, em substituição do Sr. Rui Augusto Nabais, 1º Secretário, e Sra. Vera Lúcia Brás dos Santos em substituição do Sr. Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, 2º Secretário. -----

---- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais Senhores Ana Sofia dias Ajuda, Armando Jorge Calixto, António Francisco Nunes Godinho, António José Rodrigues, António Luís Lavado dos Reis, António Manuel Montez Amaral, Daniel Albino Lopes Claro, David José Pinto Mendes, Fernando Emídio Costa, Carlos Alberto Antunes Nabais, Francisco António Galvão Morgado, Herculano Valada Martins, Hermínia Eva Leal Mota Abreu, Isabel Maria Corrêa Franco, Joaquim Luís Lobato, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Luís Marques dos Santos, José Manuel Isidoro Pratas, Justino Cláudio de Oliveira, Lúcio Manuel Cardador Costa, Manuel da Silva Simões Ramos, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Maria de Lourdes Firmino Piriquito, Nuno Miguel Brás Monteiro Gonçalves, Pedro Manuel Raimundo Duarte Coelho, Rita Adriana Gonçalves Domingos, Dina Teresa Sousa Patrício, Sérgio Paulo Rodrigues Ramos Jorge e Vera Lúcia Brás dos Santos. -----

---- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os Senhores Joaquim António Sousa Neves Ramos, Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, Vice-Presidente, Marco António Leal Pereira, Ana Maria Correia Ferreira, Silvino José da Silva Lúcio e António Jorge de Oliveira Lopes, Vereadores. -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para saudar todos os presentes e para informar que os Senhores Rui Augusto Nabais, Francisco Alberto dos Santos Jerónimo e António Batista Marques iriam ser substituídos por, respectivamente, Dina Teresa Sousa Patrício, Carlos Alberto Antunes Nabais e Armando Jorge Calixto. -----

Depois de agradecer o acolhimento da Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha para a realização da presente sessão, o Sr. Presidente disse estar constituída a Mesa, haver “quórum” e que, assim sendo, ia dar início aos trabalhos. Referiu também que, por se tratar de uma reunião ordinária, haveria dois períodos antes da ordem do dia, um para o Público e outro para os Senhores Deputados. -----

---- Entretanto, o Sr. Deputado António Godinho pediu a palavra para apresentar um protesto contra as condições da presente sala, uma vez que não tinha onde ligar o seu computador portátil, não podendo, por esse motivo, consultar a documentação constante da ordem do dia. Disse ainda que não voltará a participar noutra Assembleia com estas condições. -----

#### ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Sr. Presidente da Mesa perguntou, então, se havia no público quem quisesse intervir. -----

---- Interveio o Sr. Pedro Vieira, em representação dos restantes voluntários da Cruz Vermelha de Aveiras de Cima, dizendo terem vindo assistir a esta reunião, de livre e espontânea vontade e sem o conhecimento da Direcção, não para fazerem política mas para mostrarem o seu desagrado, descontentamento e revolta. Nesse sentido, passou a ler um documento onde davam nota das preocupações e das necessidades da instituição e dos seus elementos para continuarem a prestar auxílio à comunidade onde estão inseridos. -----

---- Seguidamente, interveio o Sr. Presidente da Câmara. Começou por dizer que não concordava com o teor do documento na parte que refere que o poder executivo não dava o devido apreço e respeito às intervenções da Cruz Vermelha Portuguesa, porquanto o Município de Azambuja foi o primeiro do país a estabelecer em 2002 um protocolo de colaboração com os três Núcleos do Concelho. Ao abrigo deste protocolo a Câmara já transferiu para as referidas instituições cerca de 900.000 euros e tem reconhecido a eficiência demonstrada sempre que tem havido necessidade de acudir à população nas mais diversas situações de aflição. Prova disso, tem sido também a preocupação na procura de um terreno para a construção do novo quartel, que nos termos do plano director municipal em vigor, tem de ser de equipamento social. Existem ainda outros dois terrenos, o de Chães que é pertença da Câmara e está disponível e o da AUGI que estará também mas só depois de resolvidas as situações pendentes de legalização. -----

---- O Sr. Deputado Municipal António Godinho pediu para intervir nesta matéria para dizer que existem outras alternativas, nomeadamente, um terreno nas Salgadas que, havendo vontade política da Câmara e da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima, poderia viabilizar a construção dos quartéis da Cruz Vermelha e da GNR. Sobre o terreno de Chães, disse não ser uma boa opção dado que as necessidades da Cruz Vermelha ultrapassam os 1000m<sup>2</sup>. -----



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

---- O Sr. Presidente da Câmara voltou a intervir dizendo concordar com o Sr. Deputado António Godinho, no entanto era preferível esperar pela aprovação do plano de pormenor da Quinta do Mor, uma vez que os processos de expropriação nas Salgadas, para além de morosos, custam muito dinheiro por serem terrenos de privados. -----

---- Terminado o período para intervenções do público, tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia para disponibilizar o correio à consulta dos Sr. Deputados Municipais e para informar de que iria submeter à aprovação as actas das duas últimas reuniões. -----

---- Colocada à votação a acta da reunião extraordinária do dia 9 de Dezembro de 2010, foi a mesma aprovada por maioria, com 25 votos a favor e 4 abstenções. -----

---- Colocada à votação a acta da reunião ordinária do dia 21 de Dezembro de 2010, foi a mesma aprovada por maioria, com 28 votos a favor e 1 abstenção. -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia deu nota de terem chegado à Mesa três recomendações. Uma do BE e duas da Coligação PFNT. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro que, antes de fazer a apresentação da recomendação do BE, sugeriu que nas ordens do dia das Assembleias Municipais descentralizadas constasse um ponto destinado ao Presidente de Junta respectivo de forma a poder intervir e falar sobre o estado da sua freguesia. Posto isto passou então a apresentar a referida recomendação, tendo-a lido em voz alta: --

---- **“RECOMENDAÇÃO** -----

*Considerando a situação económico-financeira do país e do concelho, a Assembleia Municipal de Azambuja, reunida em 24 de Fevereiro de 2011, delibera o seguinte: ---*

- *Recomendar ao executivo da Câmara Municipal de Azambuja que tome as diligências necessárias para adiar a construção da praça de touros de Azambuja por três anos; -----*
- *Recomendar ao executivo da Câmara Municipal de Azambuja que proceda às diligências para a imediata constituição de uma comissão - juntamente com a Poisada do Campino - com o objectivo de angariar verbas e financiadores que permitam reduzir substancialmente a contribuição de dinheiros públicos na construção da referida praça.*

*Azambuja, 24 de Fevereiro de 2011 -----*

*Daniel Claro” -----*

Terminada a leitura da recomendação, o Sr. Deputado Municipal disse que a decisão da construção da praça de touros se baseou em vários equívocos, pelo que se justificava uma revisão desta matéria. Salientou que a Assembleia tomou conhecimento de que o dinheiro recebido se deve a contrapartidas de obras realizadas no âmbito de fundos comunitários, sendo que essas verbas só poderiam ser utilizadas como investimento. Logo aqui poderia colocar-se a questão de se aplicar a referida verba na praça de toiros ou noutra qualquer iniciativa de maior relevância. Era uma opção política e a Câmara optou por favorecer a construção de uma praça de toiros. Todavia, este argumento baseava-se num equívoco, que era o facto de este dinheiro só poder ser utilizado em investimento. -----

Acontece, por um lado, que este dinheiro é o reembolso de verbas já pagas pela Câmara e estariam à disposição para serem aplicadas. Por outro lado, faltou explicar que não há qualquer regulamento comunitário que aprove o investimento em praças de toiros. Como tal, a informação de que esta verba poderia ali ser aplicada resulta destes equívocos. E a não ser assim, disse requerer que lhe seja fornecido, no mais curto espaço de tempo, a legislação que capeia as informações que resultaram deste

equivoco por parte da Câmara, nomeadamente a legislação que menciona a obrigatoriedade destes fundos serem aplicados exclusivamente para investimentos e qual a legislação que, a não ser assim, dá a possibilidade do dinheiro ser aplicado em praças de toiros.

Outro equívoco, há muito tempo mantido, é de que Azambuja é uma vila taurina, importando, assim, partir para a discussão deste tema, com os pés bem assentes na terra, para desmistificar algumas questões. Azambuja tem traços taurinos e muita gente que gosta de toiros mas não é uma vila taurina. A Câmara quando teve que escolher a simbologia colocada à entrada da vila, que define a sua identidade, não escolheu nenhum toiro. Foi escolhida uma simbologia ligada à terra e às tradições que sempre foram ligadas à terra. A tradição taurina é induzida e relativamente recente. Referiu ainda o Sr. Deputado Municipal que as tradições se medem por séculos. Neste sentido, acrescentou, a informação dada pela Câmara, de que dispunha de cerca de dois milhões e meio de euros para a construção da praça, não era verdadeira, já que, hoje, consta na ordem do dia, uma proposta para a contratação de uma conta-corrente caucionada que vai esgotar a capacidade de endividamento a curto prazo. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro para dizer que a Coligação PFNT está de acordo com as palavras proferidas pelo Sr. Deputado Daniel Claro relativamente à praça de toiros. -----

---- Pediu para intervir também nesta matéria o Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues. Manifestou concordância com tudo o que foi dito pelo Sr. Deputado Daniel Claro, tendo ainda acrescentado que a construção da praça não devia ser calendarizada para um prazo de três anos. Referiu que a questão da praça de toiros só deve ser uma prioridade quando tal for considerada pelos órgãos eleitos, quer da Câmara quer da Assembleia Municipais, ainda que seja daqui a 4 ou 5 ou mais anos.

Em seu entender há outras obras mais necessárias, como sendo o saneamento básico e outras infraestruturas a nível de todo o concelho e que ainda não estão feitas. Nesta altura, a construção da praça é uma afronta a todos os municípios. -----

----- Interveio a seguir o Sr. Deputado Municipal David Mendes. Informou que não vai votar favoravelmente esta recomendação porque não pretende adiar a construção mas sim evitar que a praça seja construída. Disse estar, no entanto, disponível para discutir a construção de um espaço multiusos, a sua localização e os seus custos, depois de resolvidas todas as outras prioridades que a Câmara tem. -----

---- A seguir tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara. Em relação à intervenção do Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues disse que não iria fazer qualquer comentário uma vez que já tinha esclarecido, por diversas vezes, as mesmas questões. Sobre os equívocos apresentados pelo Sr. Deputado Municipal Daniel Claro informou que, relativamente ao primeiro dito equívoco, a praça de toiros tem de ser analisada conjuntamente com as obras do arquivo municipal e do parque da Milhariça, por fazerem parte da mesma proposta e terem a mesma metodologia. Sobre o segundo, esclareceu que estes não são financiamentos da Câmara mas sim da EMIA que, na sequência das contrapartidas da OTA, teve 80% de fundos comunitários para financiar os centros escolares de Alcoentre e de Azambuja, que rondam os cerca de 2,3 milhões de euros. Esta empresa tem um plano de financiamento a 20 anos de 8 milhões de euros que haviam já sido utilizados para financiar essas obras. Este dinheiro poderia servir para abater este financiamento a 20 anos junto da CGD, no entanto o Sr. Presidente achou que a EMIA não devia fazê-lo uma vez que o "spread" deste financiamento é de 0,07%. Assim, decidiu-se realizar aqueles três investimentos, sensivelmente no mesmo montante. No que diz respeito às tradições,



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

o Sr. Presidente sugeriu uma visita ao Museu Municipal, onde poderão constatar que a cultura de Azambuja não se resume só ao mestre Sebastião Arenque e às suas publicações. -----

---- O Sr. Deputado Daniel Claro pediu para intervir novamente dizendo ser a primeira vez que ouve falar deste financiamento. Neste caso, a questão política é saber onde se vão aplicar os 600.000 euros. Referiu concordar com o que foi dito pelo Sr. Deputado Municipal David Mendes mas, partindo do pressuposto que democraticamente se tem de aceitar as decisões que nos são contrárias, e havendo uma decisão contrária da Assembleia, não pretende contrariar já esta decisão por ter ainda passado pouco tempo. Acrescentou que esta sua recomendação adia temporariamente a obra para que haja uma reflexão e, sobretudo, haja a possibilidade de se angariar financiadores para não ser a Câmara a suportar estes custos. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas para informar que o Grupo do PS irá votar desfavoravelmente esta recomendação. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Herculano Martins também quis intervir na discussão desta matéria. Disse que, na qualidade de membro do conselho consultivo da EMIA, mandatado pela Assembleia Municipal, não lhe foi pedida opinião ou parecer sobre estas obras. Referiu ainda que, sendo este um financiamento da EMIA, deveria ter havido um orçamento previsual. -----

---- Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a recomendação à votação, tendo a mesma sido rejeitada com 19 votos contra do PS, 4 abstenções da CDU e 7 votos a favor (1 BE, 4 CPFNT e 2 CDU). -----

---- Posto isto, interveio a Sra. Deputada Municipal Isabel Franco para apresentar uma Recomendação da Coligação PFNT sobre aquisição de equipamento para o Núcleo da Cruz Vermelha de Aveiras de Cima, tendo-a lido em voz alta: -----

---- **"PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO Nº 1/2011** -----

*Considerando que:* -----

1. *O sistema municipal de Protecção civil não dispõe de um reboque atrelado de emergência.* -----
2. *Numa situação de excepção em termos de emergência tal equipamento é essencial para uma resposta eficaz no apoio, socorro e assistência às eventuais vítimas.* -----
3. *O custo global deste tipo de equipamento de emergência cifra-se em cerca de 50.000,00€.* -----
4. *A Delegação de Aveiras de Cima da Cruz Vermelha Portuguesa já possui parte significativa do equipamento, material de protecção e acessórios que devem integrar um reboque atrelado de emergência, nomeadamente uma tenda insuflável.* -----
5. *É competência da Câmara Municipal "apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal" (cfr. artigo 64º/4/b) da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro), nas quais se incluem necessariamente o reforço dos meios afectos à Protecção Civil.* -----

*A Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 25/02/2011, decide aprovar a seguinte recomendação à Câmara Municipal de Azambuja:* -----

- a) *A atribuição de um subsídio à Delegação de Aveiras de Cima da Cruz Vermelha Portuguesa no valor de 20.000€ (vinte mil euros) para a aquisição de um reboque atrelado de emergência.* -----

b) *A celebração de Protocolo entre a Câmara Municipal de Azambuja e a Delegação de Aveiras de Cima da Cruz Vermelha Portuguesa, tendo em vista definir a utilização deste equipamento de emergência pelo Serviço Municipal de Protecção Civil e consagrar que o pagamento daquele montante deverá ser realizado no prazo máximo de 45 dias a contar da apresentação da respectiva factura/recibo pela mencionada Delegação.* -----

*Azambuja, 25 de Fevereiro de 2011* -----

*Os Deputados Municipais da Coligação Pelo Futuro da Nossa Terra".* -----

---- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para informar que a Câmara está a fazer uma candidatura a fundos comunitários para aquisição deste equipamento, sendo 85% desta verba comparticipada por esses fundos. O equipamento destina-se a ser utilizado não só pela Cruz Vermelha de Aveiras de cima, mediante protocolo, como também por todo o sistema de Protecção Civil do Concelho. -----

---- A seguir, interveio o Sr. Deputado Municipal Justino Oliveira dizendo que a Cruz Vermelha de Aveiras de Cima terá de estar dotada do máximo possível de equipamentos de forma a evitar que, em caso de intempéries, os munícipes de Aveiras de Cima fiquem entregues a si próprios. Nesse sentido, informou que, pessoalmente, irá votar favoravelmente esta recomendação. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro interveio querendo saber se o equipamento que a Câmara pretende comprar, através da referida candidatura, é para ficar ao serviço exclusivo da Cruz Vermelha de Aveiras de Cima ou se é para fazer parte da Protecção Civil Municipal. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio fazendo uma descrição do equipamento que faz parte da candidatura e que ficará na Cruz Vermelha, mas não para seu uso exclusivo. Será também para dar apoio a toda a Protecção Civil do Municipal. -----

----- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro interveio também para informar que o BE irá votar favoravelmente esta proposta, chamando, no entanto a atenção para o facto de ser importante fazer-se uma análise ao equipamento que já existe, à premência do que se vai adquirir e saber se a protecção civil necessita imediatamente dele. Havendo essa necessidade imediata por parte da protecção civil, a Câmara deve fazer um esforço financeiro para a sua aquisição. Não havendo essa urgência, todas as organizações do concelho deverão ponderar sobre se vale ou não a pena esperar pela aquisição do referido equipamento através desta candidatura. O Sr. Deputado Municipal pediu que lhe seja facultada uma lista mencionado todas as candidaturas do Município ao QREN e a fase em que se encontram. -----

---- O Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas interveio elogiando esta recomendação da Coligação PFNT. Acrescentou, no entanto, que este documento vem na sequência do que se passou na Assembleia do dia 9 de Dezembro. Na altura a Coligação PFNT alegou que a vinda do Grupo de Forcados a essa reunião terá sido impulsionada pelo Dr. Joaquim Ramos e pelo Dr. Moita Flores. Desta vez vieram assistir à sessão os elementos do Núcleo da Cruz vermelha de Aveiras de Cima e a Coligação PFNT apresenta uma recomendação para a aquisição do referido equipamento, a qual também já havia sido apresentada em sessão de Câmara pelo Sr. Dr. Jorge Lopes, não como recomendação mas como proposta. -----

Relativamente à recomendação propriamente dita, disse que a Câmara podendo gastar apenas 15% com a aquisição deste equipamento, não o vai pagar na totalidade, pelo que o Grupo do PS não a irá votar favoravelmente. -----



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

- Em defesa da honra, interveio o Sr. Vereador Jorge Lopes dizendo que apesar do ar brincalhão com que o Sr. Deputado Municipal falou, o assunto é demasiado sério. Esclareceu que o que está aqui a ser falado é uma verba de 20.000,00 euros para a compra de um reboque atrelado de emergência. O restante equipamento, uma parte a Cruz Vermelha já tem e a outra parte disponibilizou-se a adquiri-la por si própria. A candidatura do Sr. Presidente ao QREN contempla uma tenda insuflável que a aquela instituição já possui e representa 85% de uma verba de 50.000,00 euros. ....
- O Sr. Presidente da Câmara interveio dizendo que se a Coligação PFNT reformulasse a recomendação certamente ninguém teria dúvida em aprová-la. Aproveitou, no entanto, esta sua intervenção para lamentar que haja grupos de cidadãos, que vem assistir a estas reuniões, interessando a determinados partidos, que são classificados de participação cívica, e quando outros grupos de cidadãos, não interessando a esses mesmos partidos, sejam classificados de agitadores e manipuladores. ....
- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal António Godinho dizendo estar boquiaberto com as palavras do Sr. Presidente da Câmara, pois sugerir que os elementos da Cruz Vermelha, aqui presentes, vieram a pedido da CPFNT para agitar a Assembleia é estar a brincar com assuntos sérios. ....
- O Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro também quis intervir para salientar a diferença de comportamentos entre as pessoas presentes nesta Assembleia e as que vieram à Assembleia do passado dia 9 de Dezembro. ....
- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro interveio para dizer que com esta discussão se passou completamente ao lado do assunto fundamental. Em sua opinião, o importante é despolitizar esta questão e verificar a premência desta aquisição. ....
- Interveio também o Sr. Deputado Municipal Francisco Morgado querendo saber se o Núcleo da Cruz Vermelha solicitou algum apoio à Câmara para a compra deste equipamento. ....
- Para responder a esta questão, interveio o Sr. Vice-presidente da Câmara, tendo descrito o equipamento que foi pedido por esta instituição à Câmara Municipal. Referiu que algum já foi adquirido pelos próprios meios da Cruz Vermelha e outros estão contemplados nesta candidatura. Todavia, o Sr. Vice-Presidente esclareceu que o equipamento a adquirir será para servir não só o Núcleo de Aveiras de Cima como toda a Protecção Civil Municipal. ....
- O Sr. Deputado Municipal David Mandes interveio dizendo estranhar o tempo que este assunto tem demorado. Referiu que a CDU irá aprovar esta recomendação da CPFNT por se tratar de uma necessidade, apenas lamenta que se tenha que chegar a estas situações para que os assuntos sejam resolvidos. Perguntou se, com todas as capacidades inatas para grandes engenharias financeiras que o Sr. Presidente da Câmara possui, não se poderia arranjar maneira de poder corresponder a esta necessidade. Disse ainda que o Sr. Presidente da Câmara deixou que este assunto, que é técnico, fosse instrumentalizado pela política, tornando-o prejudicial tanto para a sua operacionalidade como para a população. ....
- O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra para esclarecer que não reduz a protecção civil do Concelho a um atrelado para a Cruz Vermelha de Aveiras de Cima. Aconselhou o Sr. Deputado a consultar o relatório da Cruz Vermelha Distrital de Lisboa, sobre toda a actividade desenvolvida pela protecção civil, ao nível do Município de Azambuja. A Protecção Civil de Azambuja, envolvendo os 3 Núcleos da Cruz Vermelha, os 2 Núcleos de Bombeiros e todas as outras entidades que integram a protecção civil e os investimentos que têm sido feitos ao nível de equipamento, nomeadamente os sapedores florestais. ....

---- O Sr. Deputado Municipal David Mendes voltou a intervir para dizer que o Sr. Presidente da Câmara, certamente, não quis ouvir as suas palavras, na medida em que não se resumiu à compra do atrelado. O que pôs em causa foi a listagem que o Sr. Vice-Presidente recebeu e nada fez. Esclareceu que não está de acordo é com a forma como as coisas são resolvidas e como são utilizadas para manipular as instituições. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara disse que a Câmara não pode aprovar as propostas que as colectividades se propuserem apresentar apenas para agradar a um conjunto de deputados municipais. Tem de haver uma visão global da gestão do município nas diversas áreas. -----

---- Terminada a discussão da recomendação, o Sr. Presidente da Assembleia colocou-a à votação, tendo a mesma sido rejeitada por maioria, com 16 votos contra do PS e 10 votos a favor (5 da CDU, 4 da CPFNT e 1 do BE). -----

---- A Coligação PFNT, na pessoa do Sr. Deputado Municipal Pedro Coelho apresentou a recomendação nº 2, que leu em voz alta: -----

----**“PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO Nº 2/2011** -----

*As Associações de Bombeiros e as Delegações da Cruz Vermelha Portuguesa prestam um importante serviço social às comunidades onde se inserem, nomeadamente no transporte de doentes.* -----

*Conscientes do impacto social que o transporte de doentes tem junto da população idosa e mais carenciada, as Associações de Bombeiros e as Delegações da Cruz Vermelha realizaram ao longo dos últimos anos um significativo investimento financeiro quer em equipamento, quer em recursos humanos (nomeadamente, ao nível de formação técnica).* -----

*Sendo que parte significativa desses recursos humanos também foi afecta à estrutura de socorro e salvamento, como resposta à crise do voluntariado e às “amarras” legais que entretanto foram criadas pelo Governo.* -----

*Na verdade, tais recursos humanos tornaram-se essenciais nas operações de socorro e salvamento de pessoas e bens, cuja estrutura assumiu uma vertente cada vez mais profissionalizada. Realidade que, por sua vez, alterou a composição da Despesa anual das nossas Associações de Bombeiros e Delegações da Cruz Vermelha.* -----

*Consequentemente, as transferências financeiras do Ministério da Saúde pelos serviços prestados na actividade de transporte de doentes não urgentes têm uma grande relevância nos orçamentos anuais das Associações de Bombeiros e das Delegações da Cruz Vermelha, representando nalguns casos mais de 50% do total das receitas anuais.* -----

*Desde Agosto de 2010, em virtude de uma exigência na emissão das chamadas “Guias de Transporte” pelos Serviços de Saúde de Azambuja, o serviço de transporte de doentes realizado pelas Associações de Bombeiros de Azambuja e de Alcoentre, bem como pelas Delegações de Aveiras de Cima, de Manique do Intendente e de Quebradas da Cruz Vermelha sofreu uma redução significativa.* -----

*Em termos médios, entre Agosto e 31 de Dezembro de 2010, o transporte de doentes no Concelho de Azambuja teve uma quebra na ordem dos 68%.* -----

*O primeiro impacto deste “corte” nas “Guias de Transporte” foi e é sentido pelas pessoas que necessitam de utilizar as ambulâncias para conseguirem chegar a tempo e horas ao local onde vão receber os seus cuidados e tratamentos médicos, bem como pelos doentes que têm dificuldades de mobilidade em transportes públicos por razões clínicas.* -----





## *Assembleia Municipal de Azambuja*

**Ou seja, este "corte" afectou em particular todos aqueles que não vivem na vila de Azambuja e todos aqueles que são reformados e que têm poucos rendimentos, pois todas essas pessoas não têm qualquer alternativa de transporte público no Concelho de Azambuja e não têm também qualquer transporte com um preço social justo face às suas baixas reformas e pensões.** -----

**Como não têm transporte ou não conseguem pagar o preço desse transporte, esses doentes ficam impedidos de receber os cuidados e tratamentos médicos de que precisam.** -----

**O Segundo impacto do "corte" nas "Guias de Transporte" verificou-se nas Associações de Bombeiros e Delegações da Cruz Vermelha, cuja receita reduziu-se violenta e rapidamente, o que já implicou o despedimento de vários motoristas e maqueiros/socorristas.** -----

**O terceiro impacto deste "corte" ainda não se deu - mas é iminente! A manter-se esta "onda" de despedimentos, o Concelho de Azambuja corre o sério risco de ter as suas Associações de Bombeiros a entrar em colapso funcional, com todos os custos que daí resultam para a operacionalidade e eficácia da estrutura de socorro e salvamento municipal.** -----

**Aliás, a Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA já tinha alertado para este risco aquando da discussão da reconstrução da Praça de Touros de Azambuja, quando afirmou em Novembro passado que "No próximo ano as receitas municipais vão continuar a descer, mas a despesa vai ter de subir, nomeadamente na área da Protecção Civil, pois será necessário a Câmara "injectar" em 2011 cerca de 170 mil euros para que os Bombeiros de Azambuja e de Alcoentre não entrem em colapso funcional".** -----

**Ou seja, se nada for feito a curtíssimo prazo para compensar a redução das transferências do Ministério da Saúde pelos serviços prestados na actividade de transporte de doentes, vamos continuar a ter doentes impedidos de receber cuidados médicos e vamos ter as nossas Associações de Bombeiros e Delegações da Cruz Vermelha a entrarem em situação de falência técnica, com as já referidas consequências ao nível da operacionalidade funcional em termos de socorro e salvamento.** -----

**Tendo em conta o acima exposto, o Município de Azambuja tem o dever de definir e executar uma solução integrada que resolva simultaneamente os seguintes problemas:** -----

**1º) A falta de transporte para os serviços e unidades de Saúde, o que impede o acesso de doentes aos cuidados e tratamentos médicos de que carecem (particularmente da população idosa e economicamente carenciada);** -----

**2º) A diminuição das receitas mensais das nossas Associações de Bombeiros e Delegações da Cruz Vermelha e o conseqüente despedimento de motoristas e maqueiros/socorristas;** -----

**3º) O Risco eminente de colapso funcional das nossas Associações de Bombeiros.**

**Nestes termos, a Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 25/02/2011, decide aprovar a seguinte recomendação à Câmara Municipal de Azambuja:** -----

- 1) No prazo máximo de 30 dias, a Câmara Municipal deve definir e implementar um PROGRAMA DE TRANSPORTE SOLIDÁRIO, assente nos seguintes princípios:** -----

- a) *SOLIDARIEDADE*, por via do qual as autarquias locais têm a obrigação de encontrar respostas eficazes para as necessidades dos estratos populacionais mais desprotegidos, como sucede com a Terceira Idade; ----
  - b) *SUSIDARIEDADE*, através do qual as autarquias locais assumem como seu dever assegurar respostas sociais quando a Administração Central se demite das suas funções e deixa de garantir serviços básicos para a qualidade de vida das populações; -----
  - c) *RESPONSABILIDADE SOCIAL*, pela qual as autarquias locais garantem o apoio às Instituições e Associações da sua comunidade e partilham funcionalmente as soluções com aquelas. -----
- 2) Este PROGRAMA DE TRANSPORTE SOLIDÁRIO deve ser definido e implementado tendo em conta, nomeadamente, os seguintes pressupostos: --
- a) O estabelecimento de uma parceria institucional entre a Câmara Municipal, as Associações de Bombeiros de Azambuja e de Alcoentre, as Delegações de Aveiras de Cima, de Manique do Intendente e de Quebradas da Cruz Vermelha Portuguesa; -----
  - b) A Câmara Municipal assegura um apoio financeiro às nossas Associações de Bombeiros e Delegações da Cruz Vermelha pelo transporte de doentes não urgentes, até ao máximo de 0,38€ por quilómetro e por doente; -----
  - c) Este apoio financeiro é pago pela Câmara Municipal nas situações de transporte de doentes idosos ou economicamente carenciados desde que: -----
    - Não exista "Guia de Transporte" emitida pelos Serviços de Saúde;
    - O doente transportado não tenha proventos per capita que excedam o valor fixado para o ordenado mínimo nacional em vigor e não tenha quaisquer outros rendimentos; -----
    - O transporte realizado em ambulância de transporte múltiplo tenha uma taxa de ocupação superior a 50%. -----
  - d) A par das situações de transporte de doentes idosos ou economicamente carenciados, deve também ser previsto o apoio financeiro para o transporte de doentes com tratamentos continuados (por exemplo, fisioterapia e tratamentos oncológicos), desde que o custo mensal do transporte do doente represente mais de 30% do rendimento líquido deste. -----
  - e) A aferição da situação económica de cada doente tem a colaboração activa das Associações de Bombeiros e Delegações da Cruz Vermelha, que ficam incumbidas de receber o respectivo pedido individual de cada utente e remetê-lo aos Serviços de Acção Social da Câmara Municipal, que decidirá sobre o mesmo. -----
  - f) A implementação de um sistema de monitorização mensal, coordenado pelos serviços de Acção Social da Câmara Municipal, que inclua ficha normalizada para inscrição de data e hora de entrada e saída de cada doente da unidade onde recebeu tratamento médico, permitindo à Câmara Municipal que proceda à transferência da respectiva comparticipação financeira até ao dia 10 do mês seguinte. -----



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

- 3) O empréstimo no valor de 902.215.80€, na modalidade de conta-corrente, que será aprovado ainda hoje por esta Assembleia Municipal, pode ser utilizado para pagamento das despesas directas resultantes do PROGRAMA DE TRANSPORTE SOLIDÁRIO. -----
- 4) A implementação e execução do PROGRAMA DE TRANSPORTE SOLIDÁRIO deve ser objecto de relatório de avaliação anual, a submeter à apreciação da Assembleia Municipal na primeira sessão ordinária de cada ano. -----

Azambuja, 25 de Fevereiro de 2011 -----

Os Deputados Municipais da Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA” -----

---- Interveio o Sr. Deputado Municipal David Mendes para dizer que um documento com esta densidade não pode ser discutido e aprovado na hora, pelo que teria sido mais oportuno tê-lo apresentado em sede de comissão permanente. Acrescentou que todos pretendem o que está contemplado nesta recomendação e a CDU até quer mais. Quer que seja um serviço num valor universal, e não é essa a vontade do PSD. A vontade do PSD é que seja uma espécie de financiador pagador mas financiado. Nesse sentido, têm de ser mais claros quando se põem a fazer demagogia política, que foi o que, tristemente, agora se assistiu. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio dizendo lhe parecer que esta proposta de recomendação aparece no seguimento do que a Câmara tem publicamente anunciado de que está a preparar, até ao fim do mês de Fevereiro, e será apresentado na sessão de Câmara de 15 Março, um programa de medidas de apoio social que incluem este tipo de situações. Portanto, disse, esta é uma tentativa do PSD de tomar a dianteira relativamente a esta matéria. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro dizendo que os problemas não se resolvem com caridade mas sim com planos. Esta proposta da CPFNT, em sua opinião, merece ser analisada em dois contextos. No contexto local vão aparecer propostas destas e mais algumas por parte de todas as forças políticas incluindo a sua, BE, porque o Sr. Presidente da Câmara abriu a porta, por via daquele erro estratégico que foi a praça de toiros. Disse recordar que o PSD, quando o BE apresentou uma proposta de renegociação das contrapartidas da OTA, na pessoa do Dr. Godinho, se levantou e disse que ele estava a querer gastar todo o dinheiro da Câmara. Do mesmo modo, e após ter ouvido esta proposta com atenção, diria que esta proposta enferma do pecado original, que o Sr. Deputado David Mendes já aqui levantou. Pela sua densidade, complexidade e pelos encargos que trás à Câmara Municipal, esta proposta merece uma análise aprofundada. -----

No contexto político nacional, já que as decisões que se tomam a nível nacional se reflectem a nível local, está hoje aqui a ser discutido este assunto porque há um governo que tomou uma determinada decisão baseada em critérios economicistas, e porque o PSD deixou passar na Assembleia da Republica um orçamento geral do estado que nos trouxe hoje a esta proposta. Este facto não pode passar em claro e a culpa não pode morrer solteira. Os partidos que propõem estas medidas devem começar as suas intervenções pela “mea culpa”, pelo papel que tiveram nas pessoas que hoje estão a viver com estas situações. -----

Terminou a sua intervenção, dizendo que, na sua opinião, esta proposta dever ser analisada com a devida profundidade numa próxima sessão ou, até mesmo, numa sessão extraordinária apenas para esse fim. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas dizendo que a sua opinião é de que esta proposta deve ser retirada para ser convenientemente analisada pelos proponentes e pela Câmara. -----

---- O Sr. Deputado Municipal António Godinho pediu a palavra dizendo concordar que a proposta seja retirada para ser devidamente analisada, sendo posteriormente enviada a uma próxima sessão da Assembleia Municipal. Quanto à demagogia, disse achar interessante que as restantes forças políticas os apelidem de demagogos quando se antecipam na apresentação de propostas concretas e interessantes. -----  
Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Daniel Claro, disse que o dinheiro vai ter que ser gasto. Se não for desta forma será de outra, apoiando directamente as associações de Bombeiros. Se assim não for, os Bombeiros e a Cruz Vermelha muito rapidamente irão entrar numa situação muito difícil. Disse ainda que o PSD não tem nenhuma responsabilidade nesta situação, uma vez que no orçamento do estado não há nada que diga que se vai cortar nas ambulâncias, nos transportes ou nos apoios aos Bombeiros. O PSD tomou uma atitude responsável em relação à aprovação do orçamento do estado. -----  
Concluiu, dizendo estar muito satisfeito com a apresentação desta proposta, que tenha levantado toda esta celeuma e se tenha chegado à conclusão de que é importante debater este assunto em profundidade. -----  
---- O Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra dizendo que irá à sessão de Câmara de 15 de Março uma proposta da Câmara visando a generalidade destes critérios, e tendo em conta as modificações financeiras, a qual, sendo aprovada, será imediatamente posta em prática. -----  
---- Terminada a discussão deste ponto, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos constantes da Ordem do Dia. -----

#### ORDEM DO DIA

##### **Ponto 1 - Informação do Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal**

---- Interveio o Sr. Deputado Municipal Justino Oliveira para colocar algumas questões. Sobre o plano de pormenor da Quinta do Mor disse que este assunto deveria ter um apoio diferente por parte da Câmara. Deste processo derivam outros dois, sendo um o terreno para a Cruz Vermelha Portuguesa e outro o terreno para a construção do quartel da GNR, ambos em Aveiras de Cima. Disse não ter conhecimento de alguma vez se ter colocado a questão do terreno do loteamento Chães para construção do quartel da Cruz Vermelha a não ser aqui hoje. Quanto ao terreno das Salgadas que a Junta de Freguesia de Aveiras disponibilizou à Câmara, a seu pedido, para construção do quartel da GNR, foi recusado. Todavia, em relação à Cruz Vermelha, disse ser muito importante que a situação do novo quartel se resolva, na medida em que o núcleo central de Aveiras de Cima está cheio de ambulâncias por não terem onde estacionar. -----  
Relativamente ao Parque Urbano de Aveiras de Cima, quis saber o que é que já foi feito, porque sabe que já se realizaram algumas reuniões, mas ninguém ainda falou nem informou o Presidente da Junta. Fez também questão de saber como funciona toda a estrutura da Vila Museu do Vinho, nomeadamente, as inscrições, grupos, visitas, horários, etc. -----  
Por falar em propostas irrealistas, o Sr. Deputado lembrou ao Sr. Presidente da Câmara, que nas últimas eleições, o PS prometeu ao Rancho folclórico do Vale do Brejo umas estruturas no valor de cerca de 100.000,00 euros, num terreno que é da junta e à revelia da própria junta de freguesia, e que custou à CDU 40 votos naquele lugar a favor do PS, arrematado ainda com almoço na véspera das eleições. -----  
---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro, dizendo que esta maioria, como todas, provavelmente por este país fora, tem toda a legitimidade eleitoral para governar, mas perdeu legitimidade política. Porque, na altura da campanha eleitoral, uns por eleitoralismo e outros convencidos de que era mesmo



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

assim, se fez e apresentou um programa ao eleitorado impossível hoje de cumprir, quer do ponto de vista das medidas práticas, quer do ponto de vista estratégico. Também não tem visto, da parte da Câmara, a assunção disto e que esta tem de ser “reganhada” se forem capazes disso, ou seja, a apresentação aos munícipes de uma nova estratégia para o concelho, levando em conta os condicionalismos que se vivem actualmente. Por isso, disse lançar um desafio. Espera que na Assembleia do Estado do Município, que se irá realizar em Maio, a Câmara faça chegar um plano estratégico para o concelho levando em conta as actuais circunstâncias em que o concelho se encontra. -----

Depois disse que lhe apraz verificar limpeza do mercado diário e do canil, etc., no entanto, o que tem dito por diversas vezes é que falta neste documento a apreciação do que foi importante para o concelho, em termos de reuniões estratégicas, que se realizaram aqui ou ali, para se perceber o concelho que temos e para onde vamos. Acrescentou que este documento nada refere quanto ao plano estratégico do Prof. Augusto Mateus que estava prometido para Janeiro. -----

Finalmente, referiu que esta informação não está conforme o disposto na alínea c) do nº 1 do art. 38º da Lei 169/99, com as alterações introduzidas, referida na capa do documento, uma vez que não existe nele uma linha sobre a EMIA. Assim, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Assembleia, pediu-lhe para não voltar a trazer um documento que não venha de acordo com o que está regimentado. -----

Terminou a sua intervenção fazendo chegar à mesa um ofício a pedir elementos. -----

----- Seguidamente interveio o Sr. Deputado António Lavado dos Reis pedindo para ser esclarecido sobre algumas situações, nomeadamente, a intervenção urbana em Vale do Brejo, a colocação de lombas redutoras em alguns locais da freguesia de Aveiras de Cima, e emissário de Vale do Brejo e os esgotos de Manique do Intendente. -----

----- Após estes pedidos de esclarecimento, interveio o Sr. Presidente da Câmara. ----- Sobre a AUGI, disse que este é um loteamento como os outros mas com características especiais. Prova disso é o fato de todas as despesas inerentes a este tipo de loteamentos serem da responsabilidade dos loteadores mas neste caso concreto, a AUGI, tem sido a Câmara a suportar todas as despesas, com projectos e mapas de ocupação, que variam todos os meses, etc. -----

Quanto ao parque de lazer de Aveiras de Cima, informou que o projecto está já numa fase avançada, esperando poder, brevemente, discuti-lo com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima. Relativamente à Cruz Vermelha, lembrou que a Junta é também proprietária de muitos terrenos, alguns muito bem localizados, pelo que a responsabilidade não pode ser somente transportada para a Câmara. -----

Esclareceu que a Vila Museu do Vinho está em regime experimental há um ano. As marcações são feitas através do sector do turismo e neste momento esta a ser preparada uma nova etapa que passa por uma Associação dos Produtores de Vinho. -- No que diz respeito à informação propriamente dita, o Sr. Presidente da Câmara disse que ela cumpre o que a lei determina, quer no que diz respeito às Águas do Oeste, quer às Águas de Azambuja e à EMIA. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Municipal Pedro Coelho querendo ser esclarecido sobre alguns pontos do documento enviado ao Dr. Manuel Rodrigues, sobre os processos em tribunal, e que foi distribuído no início da presente sessão. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que os processos de injunção das Águas do Oeste foram todos contestados, estando quase a chegar a acordo com aquela empresa. O processo dos 470.000,00 euros tem a ver com uma expropriação da

Socasa, acerca de 25 anos, ao Sr. José da Maia Pereira Jardim, e a Câmara foi condenada a pagar esta verba. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro interveio uma vez mais para informar que irá fazer chegar brevemente ao Sr. Presidente da Assembleia um documento com a indicação daquilo que esta informação deve conter. -----

---- O Sr. Deputado Municipal David Mendes pediu a palavra para dizer que não gosta de ver uma Câmara a por, em pé de igualdade, uma praça de toiros com um parque de lazer, devido às actividades que elas encerram. Um parque urbano faz bem à saúde das pessoas, uma praça de toiros deixa a opinião à reflexão de todos. -----

Em relação à ETAR do Alto Concelho, em 2001 estava prevista a sua construção a quatro ou cinco anos. Nessa altura, na qualidade de Vereador, disse que eram coisas a mais. Passados todos estes anos a ETAR continua por construir, pelo que quis saber se a culpa foi toda das Águas do Oeste. Disse ainda ser importante ouvir a opinião do Presidente da Junta de Vila Nova de S. Pedro sobre esta matéria. -----

---- Interveio a seguir o Sr. Deputado Municipal Lúcio Costa. Começou por congratular a Câmara por, finalmente ao fim de 25 anos, Moita do Lobo estar a ser alcatroada. Quanto ao comentário do Sr. Deputado David Mendes disse que a ETAR de Vila Nova de S. Pedro e os Esgotos de Manique do Intendente não estão hoje em funcionamento por culpa da CDU que arregimentou alguma população de Vila Nova de S. Pedro para essa situação no período em que a Junta era CDU. Acrescentou ser seu anseio ter aquela ETAR a funcionar brevemente por forma a servir aquelas duas populações. ----

---- O Sr. Presidente da Assembleia interveio para anunciar a chegada à mesa de um requerimento do Grupo do PS requerendo a continuação da presente sessão por mais uma hora, tendo em vista a conclusão dos trabalhos. -----

Colocado à votação, foi o requerimento aprovado por maioria com, com 28 votos a favor e 1 voto contra. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Herculano Martins pediu para intervir dizendo que inicialmente, ainda no tempo do Ex-Presidente João Benavente, a construção da ETAR foi projectada para Manique porque em Vila Nova de S. Pedro ainda não havia esgotos e, segundo opinião do então Presidente, seria mesmo impossível fazê-los. Após a tomada de posse do actual Presidente de Câmara, realizou-se uma reunião nesta localidade, na qual estiveram elementos de todas as forças políticas do concelho, pelo que não pode concordar com o disse o Sr. Deputado Lúcio Costa quando se referiu à CDU sobre esta questão. -----

---- O Sr. Deputado Municipal David Mendes interveio para dizer que tem por hábito, todos os fins-de-semana, fazer um passeio percorrendo todo o concelho e, por isso, o conhece bem. Em relação à questão da ETAR, disse que ao tempo em que o actual presidente de Câmara ainda era Presidente da Assembleia Municipal e ele Deputado Municipal e o Sr. Eng<sup>o</sup> Martins, já falecido, em sede de revisão do plano director municipal, decidiram naquele momento elogiar aquele vale, como local de interesse paisagístico, parando imediatamente com a construção da ETAR ali, optando por fazê-la noutra local. Referiu que o erro não foi ter-se tomado aquela decisão, foi, isso sim, não ter sido feito uma outra ETAR, uma vez que até já havia terrenos pensados para o efeito. -----

---- Terminada discussão deste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia passou o ponto seguinte. -----



## *Assembleia Municipal de Azambuja*

### **Ponto 2 - Período Especial de Legalização de Obras de Edificação e Edificações Existentes - Proposta nº P 14/P/2011**

---- Interveio o Deputado Municipal José Manuel Pratas felicitando a Câmara com esta medida, que é a segunda vez que vem à Câmara, após o 25 de Abril, e que vai ao encontro do interesse de muitos munícipes. -----

---- O Sr. Deputado Manuel Couceiro interveio para dizer que esta é uma medida interessante mas também pode dar azo a mais construções clandestinas. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues. Disse concordar com esta proposta, que é útil em termos técnicos, muito embora não vá resolver o problema das construções clandestinas. Informou que irá votar favoravelmente. -----

---- Os Srs. Deputados Municipais Herculano Martins e Justino Oliveira intervieram dizendo concordarem com esta medida. -----

---- Discutida a proposta, o Sr. Presidente da Assembleia colocou-a à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 26 votos a favor (18 do PS, 4 da Coligação PFNT, 3 da CDU e 1 do BE) e 3 abstenções da CDU. -----

---- O Sr. Deputado Municipal David Mendes interveio para dizer que a abstenção da CDU se justifica porque, por um lado concordam com a medida, mas por outro lado também coloca numa total injustiça quem cumpriu a lei. -----

### **Ponto 3 - Celebração de Contrato de Concessão de Uso Privativo - Sociedade Modelo Continente Hipermercados, S.A. - Proposta nº P 15/P/2011**

---- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação da matéria constante desta proposta. -----

---- Não havendo intervenções neste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 15/P/2011 à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

### **Ponto 4 - Abertura de Crédito na Modalidade de Conta Corrente - Proposta nº P 19/P/2011**

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para apresentar este ponto. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Municipal David Mendes querendo saber se, em limite, a EMIA é um fornecedor da Câmara Municipal. -----

---- Em resposta a esta questão, interveio o Sr. Presidente da Câmara dizendo que a EMIA não é um fornecedor da Câmara Municipal. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro também quis intervir dizendo que se, legalmente, esta conta só pode ser utilizada para pagar a fornecedores também não deixa de ser verdade que com ela a Câmara vai libertar verbas que pode utilizar para subsídios. Em sua opinião, a Câmara deveria ter incluído as verbas a pagar a fornecedores num plano de tesouraria a médio prazo para que se possa perceber, realmente, quais são as dificuldades de tesouraria que a Câmara tem. Assim sendo, informou que o Bloco de Esquerda se irá abster na votação desta proposta. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para dizer que este financiamento, ao fim de um ano, tem de estar repostos, pelo que não se podem desviar verbas para outros fins. -----

---- Não havendo mais intervenções, O Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 19/P/2011 à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 19 votos a favor (16 do PS e 3 da CPFNT), 4 abstenções da CDU e 1 do BE. -----

**Ponto 5 - Revisão Orçamental - P 20/P/2011**

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para fazer uma apresentação sucinta da matéria constante deste ponto. ....

---- Não havendo intervenções, O Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 20/P/2011 à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 20 votos a favor (16 do PS, 3 da CPFNT e 1 do BE), e 4 abstenções da CDU. ....

**Ponto 6 - Rectificação à Estrutura Nuclear dos Serviços do Município de Azambuja - P 22/P/2011**

---- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação desta proposta. ....

---- Não havendo intervenções, O Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 20/P/2011 à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 16 votos a favor do PS, 9 abstenções (5 da CDU, 3 da CPFNT e 1 do BE). ....

**Ponto 7 - Alteração ao Mapa de Pessoal - P 04/VP/2011**

---- O Sr. Vice-Presidente da Câmara interveio para apresentar o assunto constante deste ponto. ....

---- Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº 04/VP/2011 à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 20 votos a favor do PS, CDU e BE e 4 votos contra da CPFNT. ....

**Ponto 8 - Juntas de Freguesia - Isenção do Pagamento da Tarifa de Resíduos Sólidos em Espaços Públicos - P 39/V-SL/2011**

---- O Sr. Vereador Silvino Lúcio interveio para fazer a apresentação da matéria constante deste ponto. ....

---- Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia interveio para colocar a proposta nº P 39/V-SL/2011 à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. ....

**APROVAÇÃO POR MINUTA**

---- O Sr. Presidente da Assembleia passou à leitura, em voz alta, da minuta da acta da presente reunião, findo o que a colocou à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. ....

---- Esta acta foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter deliberado, nos termos do nº 3, do artº 92º, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. ....

**ENCERRAMENTO**

---- Eram zero horas e cinquenta e quatro minutos do dia 25 de Fevereiro de dois mil e onze, quando o Sr. Presidente da Mesa, fazendo uma breve alusão aos tempos utilizados, deu por encerrada a reunião. ....

---- Para constar se lavrou a presente acta em minuta, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. ....